

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	7
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	20
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	21
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	24
10.5 - Políticas contábeis críticas	25
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	28
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	29
10.8 - Plano de Negócios	30
10.9 - Outros fatores com influência relevante	31

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia entende que não há necessidade de buscar proteção especial para nenhum tipo de risco, porém adota práticas de gerenciamento dos riscos de mercado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança de seus instrumentos financeiros expostos aos riscos. Estas práticas, não formalizadas, consistem em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e evita assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado, operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos, principalmente das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI (Certificado de Depósitos Interfinanceiros).

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Atualmente, a Companhia não utiliza instrumentos com objetivos diversos de proteção contra riscos operacionais.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Administração de risco de mercado é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social.

i) Conselho de Administração - responsável pelo estabelecimento das diretrizes estratégicas da gestão de riscos de mercado, inclusive com relação às alçadas de aprovação. Deve atuar como órgão consultivo da Diretoria nas operações mais significativas dentro da alçada desta última e como instância de decisão nas operações acima da alçada da Diretoria.

ii) Os membros da Diretoria têm plenos e gerais poderes para praticar, ampla e ilimitadamente, todos os atos de gestão ordinária destinados a assegurar o funcionamento regular da Companhia e a consecução de seus fins, sempre no fiel cumprimento dos deveres impostos pela lei e por estes Estatutos. Nos seus poderes, incluem-se os de transigir, contrair obrigações, adquirir, alienar e gravar bens imóveis ou móveis, constituir penhor de qualquer natureza, inclusive caução de títulos e direitos creditórios, dar bens móveis em alienação fiduciária de garantia, prestar garantia fidejussória a Companhias controladas ou coligadas, sempre com observância das disposições do Artigo 15 supra, sendo-lhes vedada a concessão de avais ou fianças de favor. § 1º - Os membros da Diretoria terão representação ativa e passiva da Companhia, competindo-lhes executar e fazer executar, dentro das

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

respectivas atribuições, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. § 2º - A representação da Companhia em Juízo, para receber citações ou notificações, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá ao Diretor Presidente e na sua ausência ou impedimento, ao Diretor indicado pelo Conselho de Administração. Artigo 20 - A Companhia somente poderá assumir obrigações mediante a assinatura conjunta de dois Diretores, de um Diretor conjuntamente com um procurador, ou de dois procuradores com poderes especiais.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos adotados são adequados para o acompanhamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta, e monitora constantemente todas as atividades e riscos, buscando sempre identificar eventuais pontos a serem aprimorados. Não identificamos a necessidade de aprimoramento em nossos atuais controles.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado

a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração acompanha o Gerenciamento de Risco através de reportes da Alta Administração da Companhia, que é responsável pelo desenvolvimento em acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

I. Riscos para os quais se busca proteção

O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta são as eventuais oscilações em índices e taxas de juros, já que não possuímos qualquer risco cambial. Buscamos, também, proteção para os riscos de liquidez e de resultado.

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia entende que não há necessidade de buscar proteção especial para nenhum tipo de risco, porém adota práticas de gerenciamento dos riscos de mercado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança de seus instrumentos financeiros expostos aos riscos. Estas práticas, não formalizadas, consistem em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e evita assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado, operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos, principalmente das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI (Certificado de Depósitos Interfinanceiros).

II. Estratégia de proteção patrimonial (Hedge)

A estratégia de proteção patrimonial está relacionada com a própria gestão de risco, ao passo que a Companhia monitora os riscos e adota medidas de minimização destes. Para tanto, todas as operações financeiras realizadas devem ser identificadas como as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser executadas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação.

III. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (Hedge)

A Companhia não faz uso de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial, dado que os riscos financeiros aos quais estamos expostos, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**IV. Parâmetros Utilizados para gerenciamento de riscos****d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Risco de Crédito: A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, o Grupo adota uma administração conservadora ao realizar aplicações com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos de primeira linha, considerando-se as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração.

Risco de taxa de juro: A Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações, visando a mitigação deste tipo de risco.

Risco de Liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando planejamento de fluxo de caixa e revisando mensalmente suas projeções de acordo com os fluxos realizados, buscando sempre aumentar a assertividade e a revalidação dos fluxos. A gestão do capital é direcionada à manutenção de recursos em caixa compatíveis com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com seu plano de negócios.

Risco de Taxa de Câmbio: A Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira.

V. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não contrata instrumentos derivativos para outros fins que não os de proteção patrimonial (hedge), assim como não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção.

VI. estrutura organizacional de controle de gerenciamento desses riscos

A Administração de risco de mercado é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivados ou quaisquer outros ativos de risco. As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social.

i) Conselho de Administração - responsável pelo estabelecimento das diretrizes estratégicas da gestão de riscos de mercado, inclusive com relação às alçadas de aprovação. Deve atuar como órgão consultivo da Diretoria nas operações mais significativas dentro da alçada desta última e como instância de decisão nas operações acima da alçada da Diretoria.

ii) Os membros da Diretoria têm plenos e gerais poderes para praticar, ampla e ilimitadamente, todos os atos de gestão ordinária destinados a assegurar o funcionamento regular da Companhia e a consecução de seus fins, sempre no fiel cumprimento dos deveres impostos pela lei e por estes Estatutos. Nos seus poderes,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

incluem-se os de transigir, contrair obrigações, adquirir, alienar e gravar bens imóveis ou móveis, constituir penhor de qualquer natureza, inclusive caução de títulos e direitos creditórios, dar bens móveis em alienação fiduciária de garantia, prestar garantia fidejussória a Companhias controladas ou coligadas, sempre com observância das disposições do Artigo 15 supra, sendo-lhes vedada a concessão de avais ou fianças de favor. § 1º - Os membros da Diretoria terão representação ativa e passiva da Companhia, competindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. § 2º - A representação da Companhia em Juízo, para receber citações ou notificações, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá ao Diretor Presidente e na sua ausência ou impedimento, ao Diretor indicado pelo Conselho de Administração. Artigo 20 - A Companhia somente poderá assumir obrigações mediante a assinatura conjunta de dois Diretores, de um Diretor conjuntamente com um procurador, ou de dois procuradores com poderes especiais.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

a) Principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Administrativa, Financeira e de Relação com os Investidores – principal área responsável pelas demonstrações financeiras – conta com o suporte da contabilidade e a Presidência para elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre controles internos.

e) Comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

Os diretores declaram que não há deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente e, portanto, não há medidas corretivas a serem aplicadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

Atualmente, não foi identificado um cenário de aumento ou redução na exposição da Companhia aos riscos mencionados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

A Companhia entende que não há outras informações relevantes relacionadas a este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Comentários dos Diretores sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Desempenho Operacional

Nossa missão é participar do crescimento das corporações, conectando pessoas e o conhecimento nas suas práticas.

Há 17 anos no mercado, construímos uma marca de grande credibilidade no mercado de comunicação e educação corporativa, construindo cases de sucesso com o propósito de gerar valor aos negócios de nossos clientes.

O ano de 2016 foi muito especial para nossa empresa, pois nos tornamos mais fortes com a incorporação da empresa Fabrico – maior produtora de conteúdos para EaD do Brasil. Essa sinergia gerou ofertas de produtos ainda mais inovadoras, proporcionando experiências únicas aos nossos clientes.

Mais do que a junção de competências, a incorporação proporcionou o aprimoramento de boas práticas, a melhoria dos nossos projetos, como também a revitalização da nossa marca.

Mesmo tendo avançado na sinergia de competências, as demonstrações financeiras que iremos analisar ainda não refletem o resultado da incorporação, pois o processo formal ainda se encontra em andamento junto aos órgãos competentes.

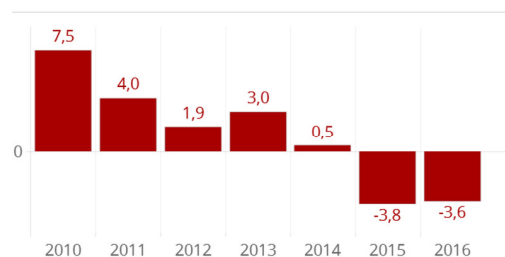
Tão logo o processo de incorporação se efetive, incorporaremos nas nossas demonstrações os ativos e passivos da empresa incorporada.

Antes de entrarmos na análise de desempenho de nossa empresa, gostaríamos de trazer à luz perspectivas do cenário macroeconômico do nosso país, a fim de contextualizarmos nossa análise.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu pelo segundo ano consecutivo, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Evolução do PIB

Ano a ano, em %



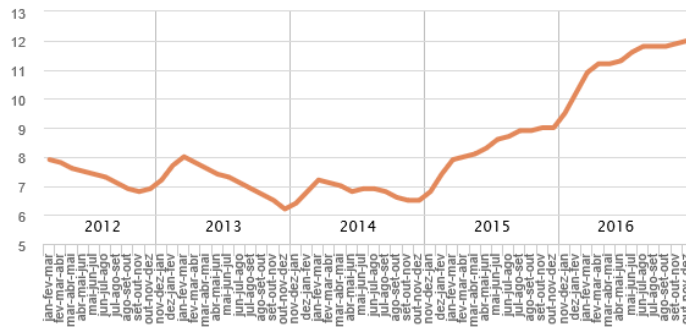
FONTE: IBGE



Infográfico elaborado em: 07/03/2017

A taxa média de desemprego no país aumentou para 11,5% ante 8,5% em 2015. O contingente de desempregados chegou a 12,3 milhões de pessoas no trimestre encerrado em dezembro

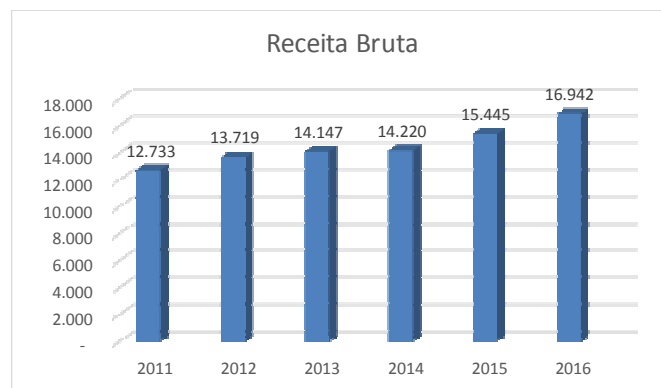
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais



Fonte: IBGE

Diante deste cenário, a educação profissional assume papel de extrema relevância dentro das políticas governamentais, mas também dentro das prioridades estratégicas das corporações. Segundo pesquisa realizada pela empresa Deloitte, “a educação corporativa surge como uma solução cada vez mais adotada pelas empresas, dos mais diversos portes”. “O estudo revela que há uma forte tendência para o desenvolvimento e a implantação de universidades corporativas. A prática tende a crescer ainda mais nos próximos anos”, afirma Marcos Braga, diretor da Deloitte Educação Empresarial.

O desempenho da receita bruta da Companhia corrobora tal tendência. Percebe-se um nítido crescimento no volume de negócios nos últimos anos. No comparativo de 2016 para 2015, houve crescimento em torno de 10%, já 2015 apresentava um aumento de 9% sobre o ano anterior.



Esse volume de receita é fruto de um portfólio de produtos sinérgicos, focado em resultados.



Comunicação
Corporativa

Educação
Corporativa

Educação
Acadêmica



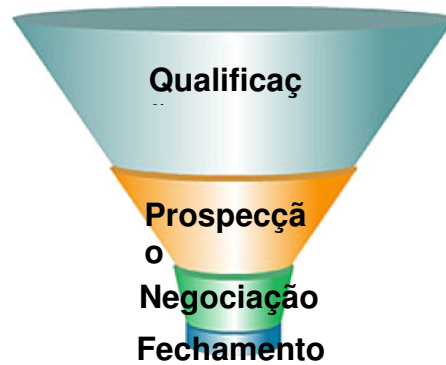
Tecnologia

Descrever sucintamente os produtos.

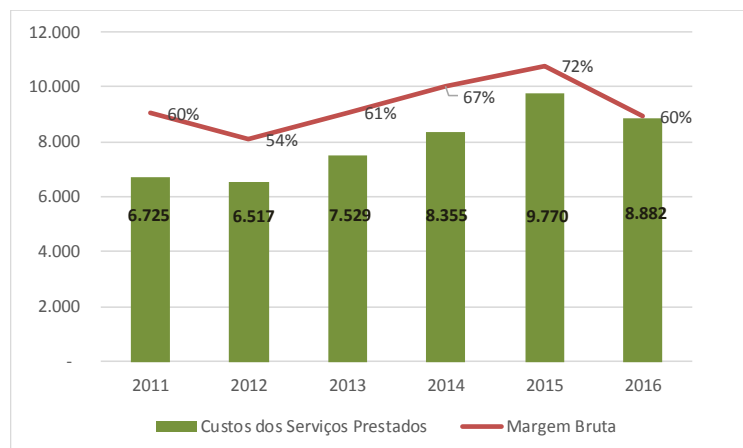
Fruto da consolidação de suas ofertas, a Companhia no último trimestre de 2016 implementou seu plano e estrutura comercial, levando em consideração as características de cada vertical de negócio, bem como o público alvo de cada solução.

Para gestão da força de vendas a Companhia adota o modelo de funil, pois entende como metodologia adequada para monitorar a efetividade de suas práticas comerciais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais



Ao passo que a segregação das ofertas é fundamental para maior clareza do mercado e manutenção do foco de atuação, a estrutura operacional já não adota a mesma ótica. Dentro da visão de sinergia de competências, foi implantada estrutura matricial de produção, onde determinado centro de produção pode atender mais de uma oferta, o que traduz em ganho de performance e otimização dos recursos.



A Administração entende que os patamares de margem bruta apurados nos últimos anos são adequados ao modelo de negócio da Companhia, que envolve provimento de tecnologia com prestação de serviços relacionados à produção de conteúdos acadêmicos e corporativos, além de suporte à operação.

A composição dos custos demonstra equilíbrio na distribuição dos recursos, sendo os itens de maior representatividade gastos com pessoal (33% em 2016 e 30% em 2015), serviços de terceiros voltados à prestação de serviços, como conectividade, serviços de transmissão (22% em 2016, idem 2015) e locação de satélite (12% em 2016 – migração de satélite – e 21% em 2015).

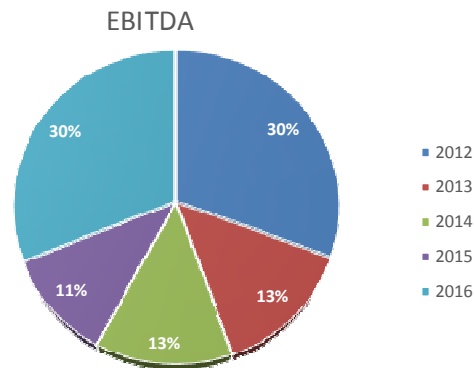
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custos dos Serviços Prestados	2012	2013	2014	2015	2016
. Pessoal	1.412	1.445	1.890	2.886	2.967
. Energia Elétrica	110	93	109	215	127
. Locação de Satélite	1.010	1.420	1.429	2.009	1.057
. Produção de conteúdo/gravação	471	626	716	640	340
. Serviços de Terceiros	1.362	2.126	2.447	2.184	1.917
. Depreciação	1.563	1.349	1.277	1.486	1.526
. Outros Custos	589	470	487	350	948
Total	6.517	7.529	8.355	9.770	8.882

O quadro de despesas administrativas e gerais apresentado abaixo, demonstra redução de 19% no comparativo com 2015, reflexo da sinergia com a empresa incorporada. A análise da estrutura de despesas permite inferir que o grupo de maior representatividade em 2016 são: a folha de pagamento, representando 35% das despesas administrativas, seguida de serviços de terceiros (23%) e honorários da administração (17%).

Despesas administrativas e gerais	2012	2013	2014	2015	2016
. Pessoal	776	744	887	1.018	844
. Honorários da administração	442	762	693	660	413
. Serviços de assessoria e consultoria	160	214	293	315	273
. Serviços de terceiros	493	237	520	617	566
. Despesas gerais	225	544	323	251	211
. Depreciações e amortizações	190	146	126	127	123
Total	2.286	2.647	2.842	2.988	2.430

Uma das principais preocupações da Companhia é preservar e melhorar seu resultado operacional, neste aspecto a geração de Ebitda positivo é algo de muita relevância na análise de desempenho.



Este indicador demonstra que a Companhia tem tido sucesso nos seus esforços de direcionamento de recursos para áreas de maior relevância na geração de novas oportunidades, na gestão eficiente da cadeia produtiva e no foco em resultados.

A Administração da Companhia reforça sua percepção que o projeto Dtcom tem base sólida, com uma carteira privilegiada de clientes, com projetos sólidos e aderentes ao mercado, com equipe altamente competente e engajada e sem dúvida alguma a Companhia conseguirá implementar seu plano de crescimento, tornando-se ainda mais um *case* de sucesso.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia tem em mente que a manutenção do cenário atual de geração de resultados operacionais positivos, terá diversos reflexos na Companhia:

- Percepção de valor do negócio pelo mercado – a Companhia supera o período de instabilidade econômica, demonstrando seu potencial de crescimento, haja vista inserida num mercado promissor; e
- Investimentos no negócio – à medida que a Companhia ganha “musculatura” para investir no aprimoramento dos seus produtos, terá consequentemente uma maior penetração no mercado, alavancando seus negócios.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por lote de mil ações)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
. Serviços prestados	12.733	13.719	14.147	14.220	15.445	16.942
Deduções da receita:						
. Cancelamentos, impostos e contribuições	(1.584)	(1.658)	(1.706)	(1.741)	(1.842)	(2.027)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11.149	12.061	12.441	12.479	13.603	14.915
Custo dos serviços prestados	(6.725)	(6.517)	(7.529)	(8.355)	(9.770)	(8.882)
LUCRO BRUTO	4.424	5.544	4.912	4.124	3.833	6.033
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Despesas administrativas e gerais	(2.088)	(1.844)	(1.885)	(2.149)	(2.328)	(2.017)
Despesas com vendas	(2.207)	(1.859)	(1.864)	(2.199)	(1.146)	(913)
Honorários da administração	(533)	(442)	(762)	(693)	(660)	(413)
Despesas financeiras líquidas	(1.408)	(1.582)	(1.465)	(1.289)	(257)	(2.829)
Outras despesas (receitas) operacionais	419	414	(240)	1.106	122	142
	(5.817)	(5.313)	(6.216)	(5.224)	(4.269)	(6.030)
(LUCRO) PREJUÍZO OPERACIONAL	(1.393)	231	(1.304)	(1.100)	(436)	3

A melhoria do resultado do exercício tem sido um dos principais objetivos da Companhia nos últimos anos, e de acordo com a análise histórica tem conseguido cumprir seus objetivos, culminando no resultado positivo em 2016, frente a tendência histórica de melhoria.

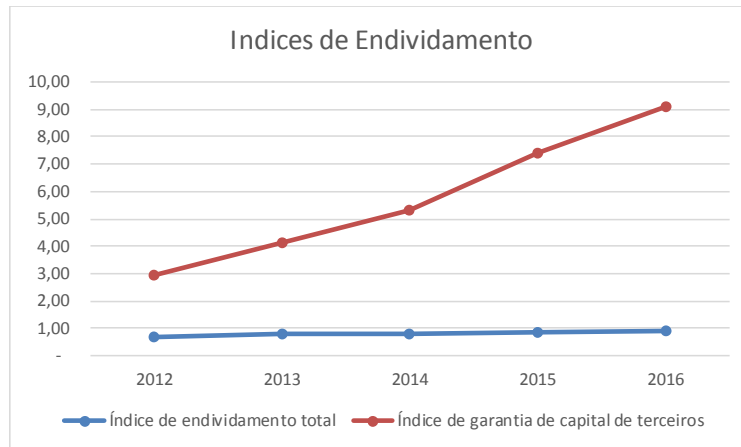
Torna-se evidente que a Companhia conseguiu implementar uma estrutura operacional sólida, dado os indicadores operacionais positivos na média histórica. Percebe-se que as despesas financeiras líquidas prejudicam o desempenho do exercício, por isso a Administração está imbuída de buscar fontes mais baratas de financiamento dos investimentos para diminuir o impacto financeiro.

• Estrutura Patrimonial

Frente aos constantes desafios de estruturação organizacional, necessidade de investimentos em tecnologia e produtos, melhoria do desempenho operacional, a Companhia tem utilizado de estratégias de financiamento de tais políticas. Mesmo percebendo um aumento do seu nível de endividamento, a Companhia demonstra capacidade de honrar todos os seus compromissos

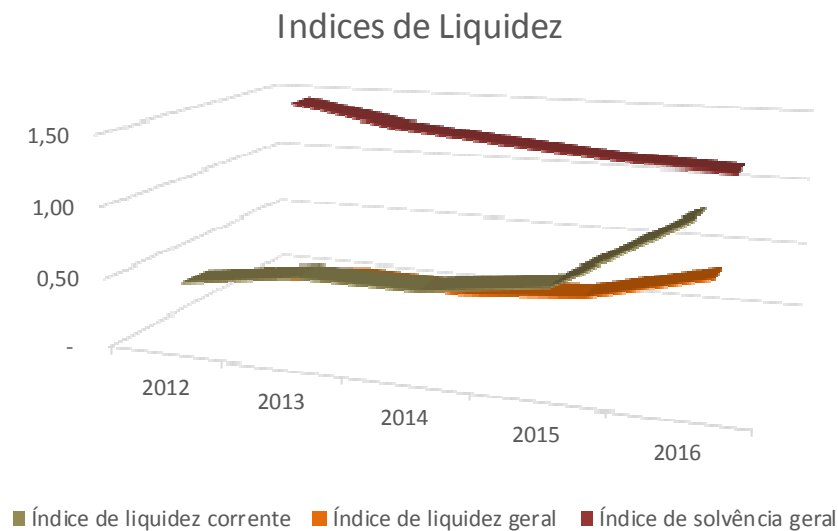
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

firmados, ao passo que busca adotar estratégia de alongamento da dívida para diminuir a pressão de curto prazo no fluxo de caixa.



Do ponto de vista de liquidez, é importante ponderar que a Companhia investe massivamente em imobilizado, seja na aquisição de equipamentos para aprimorar seu parque tecnológico, seja na produção de acervo de cursos para atender as expectativas de mercado.

Em contraponto a Companhia reconhece que ainda tais investimentos não podem ser custeados pela operação, portanto, faz-se necessário a contração de obrigações a terceiros o que impacta diretamente seus índices de liquidez.



A demonstração do fluxo de caixa no comparativo com ano anterior evidencia sensível melhora de performance, baseada no aumento do volume de recebíveis, mesmo considerando o volume de aplicações com amortização da dívida e aumento da carga tributária.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2016	2015
Prejuízo do exercício	(117)	(436)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.704	1.660
Custo baixa imobilizado	5	19
Baixa IR e CS diferidos sobre realização dos ajustes de avaliação patrimonial	163	165
	<u>1.755</u>	<u>1.408</u>
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(3.181)	(3.061)
Impostos e contribuições a recuperar	89	(35)
Adiantamentos a fornecedores	(184)	208
Outras contas a receber	(3.161)	(43)
Despesas do exercício seguinte	4	(63)
IRPJ e CSSL diferidos	5	8
	<u>(6.428)</u>	<u>(2.986)</u>
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	14	575
Impostos e contribuições a recolher	2.177	1.130
Obrigações sociais e trabalhistas	(498)	288
Outras contas a pagar	98	(1)
Provisão para contingências	54	413
Obrigações com acionistas	916	
IRPJ e CSSL diferidos	(168)	(174)
	<u>2.593</u>	<u>2.231</u>
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	<u>(2.080)</u>	<u>653</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e financiamentos	<u>2.971</u>	<u>1.686</u>
Disponibilidades líquidas provenientes (aplicadas) nas atividades de financiamentos	<u>2.971</u>	<u>1.686</u>
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo imobilizado	(341)	(2.299)
Adições ao ativo intangível	<u>(304)</u>	<u>(786)</u>
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(645)</u>	<u>(3.085)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	<u>246</u>	<u>(746)</u>
Disponibilidade no início do exercício	101	847
Disponibilidade no final do exercício	347	101

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Estrutura de Capital	2012	2013	2014	2015	2016
Patrimônio Líquido	4.828	3.722	2.786	2.515	2.682
Passivo Circulante + Não Circulante	10.874	12.465	12.562	16.479	22.043
Total Origem de Recursos	15.702	16.187	15.348	18.994	24.725
Capital Próprio	31%	23%	18%	13%	11%
Capital Terceiros	69%	77%	82%	87%	89%

Com relação à estrutura de capital, acompanhando as melhores práticas de mercado, a Companhia financia boa parte da sua operação com recursos de terceiros, através de captação perante instituições financeiras, negociações de financiamentos com Governo e fornecedores, além da captação de recursos com partes relacionadas.

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 55.090 milhões (idem em 31 de dezembro de 2015), e está representado por 7.338.756 (em 31 de dezembro de 2015 havia 73.387.560, porém tais ações foram objeto de grupamento na proporção 1:10) ações ordinárias e 450.655 ações preferenciais (em 31 de dezembro de 2015 havia 45.065.500, porém tais ações foram objeto de grupamento na proporção 1:10), sem valor nominal, nominativas não endossáveis.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No momento de crise econômica que assola nosso país, a administração do fluxo de caixa é um dos principais desafios da administração da Companhia.

A gestão dos recebíveis, tendo em vista a dificuldade de liquidez que se apresenta no mercado, a fluidez na liquidação dos compromissos financeiros assumidos, tem exigido grande esforço na gestão financeira.

Vencimento do contas a receber bruto	31.12.2016	31.12.2015
A Vencer	5.089	4.247
Vencido com atraso de:		
01 a 30 dias	890	61
31 a 60 dias	395	
61 a 90 dias	131	2
Mais de 90 dias	1.319	313
	7.824	4.623

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em contrapartida, há variáveis favoráveis à gestão de seu fluxo de caixa: a) carteira de clientes sólidos e duradouros; b) previsibilidade de pagamentos de fornecedores e outros recursos; c) facilidade na captação de recursos; d) grupo de acionistas controladores com capacidade de suprir eventuais dificuldades financeiras que a Companhia apresentar.

No ano de 2014 a Companhia captou recursos externos no montante de R\$ 3,9 milhões de reais para: a) financiamento do plano de investimentos 2014/2015; b) viabilizar a adesão à Medida Provisória n. 651/2014, art. 33, a qual exigia pagamento antecipado de 30% da dívida; c) reforço do fluxo de caixa. Do ponto de vista do endividamento, isto fez com que reduzisse a representatividade dos compromissos com impostos e contribuições a recolher, o qual em 2013 significava 56% do passivo circulante, passando para 43% em 2014.

Com relação ao próprio endividamento, a Companhia adotou algumas ações de alongamento da dívida, com adesão aos parcelamentos Estaduais junto a Secretaria de Estado e Fazenda do Paraná e do Rio de Janeiro, Parcelamentos Federais contemplando os débitos vencidos de PIS, COFINS, IRRF e CSRF e Parcelamento de INSS.

Em 2014 a Companhia identificou importante oportunidade de liquidação de grande parte do saldo devedor dos seus compromissos tributários federais. Tal oportunidade decorreu da Medida Provisória n. 651/2014, art. 33:

“Art. 33. O contribuinte com parcelamento que contenha débitos de natureza tributária, vencidos até 31 de dezembro de 2013, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN poderá, mediante requerimento, utilizar créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2013 e declarados até 30 de junho de 2014, para a quitação antecipada dos débitos parcelados”.

Através de um minucioso planejamento tributário, a Companhia identificou oportunidade de aderir a tal programa, tendo impacto significativo em suas demonstrações e na própria redução do passivo.

Para fazer frente às necessidades de investimentos para o ano de 2016, a Companhia contratou operação de capital de giro no montante de R\$ 2,5 milhões junto ao Banco Bradesco, à taxa de juros efetiva de 20,2705% a.a., a ser amortizado em 03 anos, oferecendo como garantia alienação fiduciária de imóvel localizado na Avenida Dom Pedro II, no. 1.720, Itapira, Quatro Barras – Pr.

Também para melhorar a performance do fluxo de caixa, a Companhia celebrou em 2016 termo aditivo ao contrato de capital de giro junto ao Banco ABC Brasil, no sentido de alongamento da dívida, quitando o saldo remanescente do contrato ora vigente no montante de R\$ 4,5 milhões, a ser amortizado em 48 parcelas.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Quando necessário, captamos recursos por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades. Contratamos empréstimos junto a bancos comerciais e bancos de fomento. Sempre buscamos manter um nível reduzido de exposição a riscos das taxas de juros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia busca financiar sua necessidade de capital de giro com a melhora constante da sua performance operacional, fazendo com que seu desempenho implique em geração de capital de giro positivo. Desta forma, não há plano de captação de recursos externos destinados à cobertura de capital de giro.

As captações realizadas têm como foco principal o financiamento de investimentos tecnológicos, além de uma série de benfeitorias operacionais, as quais estavam pautadas no planejamento estratégico da Companhia. Neste sentido, ainda se percebe que a Companhia recorre as fontes externas quando há necessidade de investimentos em ativos não-circulantes, mas fora os já captados no último exercício, não há pretensão em adquirir novos recursos no curto prazo.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

O custo de captação destas operações depende da característica de cada um, conforme apresentado a seguir:

Instituição	Taxa de juros anuais (%)	Vencimentos	31.12.2016		31.12.2015	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
<u>Empréstimos</u>						
Banco ABC Brasil S.A. Nº 3748115	CDI + 7,44	07/07/2020	1.248	3.070	2.176	3.264
Banco Bradesco S.A. Nº 237/3645/0209	18,60	12/09/2019	936	1.638		
Banco Bradesco S.A. - Capital e Giro			195			
Banco Bradesco S.A. - Limite	1,5% a.m	09/02/2017	150			
<u>Saldo devedor da Conta Corrente:</u>						
Banco Bradesco S.A.	1,43% a.m.	03/01/2017	70		112	
Banco Bradesco S/A - Flex	12,08% a.m	24/02/2017	200		199	
Banco ABC Brasil S.A.	6,63 a.m	05/10/2018	311		100	
<u>Outros Empréstimos e Financiamentos</u>						
Contrato BNDES	11,76	13/01/2019	66	72	67	138
Conta Corrente Incorporação			1.071			
			4.247	4.780	2.654	3.402

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços.

Os financiamentos de impostos juntos as Administrações Federais e Estaduais sofrem, na grande maioria, atualização monetária através da taxa Selic.

Os recursos juntos às partes relacionadas foram realizados através de instrumento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, não gerando um custo financeiro para Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A Companhia não apresenta relações de longo prazo com instituições financeiras que não obrigações relacionadas às operações acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Conforme definido no estatuto social, na letra “i” do artigo 15 o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 5% sobre o Patrimônio Líquido do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração.

A Companhia também pode recorrer a partes relacionadas para a obtenção de empréstimos, com base em contratos e sujeitos a juros, no intuito de cobrir eventuais deficiências de liquidez.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Com relação aos contratos de financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 não há restrição especificada de limites de utilização dos recursos.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações em cada item estão demonstradas nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Comentários dos Diretores sobre:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O incremento do volume de negócios no ano de 2016 foi diretamente influenciado pelo processo de incorporação da empresa Kol, fruto da sinergia de suas ofertas, a Dtcom começou a atuar no mercado acadêmico oferecendo soluções de desenvolvimento de objetos educacionais.

Esta vertical de negócio foi responsável por 10% da receita bruta total do ano, atingindo o montante de R\$ 1,6 milhões.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A estrutura de custos e despesas operacionais também foram impactadas pela incorporação da Companhia, fruto da sinergia de competências.

No comparativo com o ano de 2015 identifica que o custo com produção de conteúdo/gravação sofreu uma queda de 47%, haja vista tais atividades serem desenvolvidas pela empresa incorporada. O custo com serviços de terceiros, por sua vez, sofreu redução de 12%, seguindo a mesma lógica.

Já na análise das despesas operacionais, as despesas com pessoal, honorários da administração e despesas gerais foram responsáveis por retração de 17%, 37% e 16%, respectivamente.

As operacionais de sinergia estão aparadas pela transação entre contas correntes firmadas entre as companhias, devidamente registrada no balanço da Dtcom.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Os principais impactos nas variações de receita entre os exercícios de 2016, 2015 e 2014 são explicados em decorrência de:

- (i) Política austera de fidelização de seus clientes, através da intensificação de ações de comunicação e relacionamento, o que garantiu a base de faturamento;
- (ii) Ciclo de execução dos projetos, tendo impacto no nível de receita, seja na sua implantação quanto em seu encerramento;
- (iii) A Companhia define suas mensalidades com base em sua estrutura de custos e análises de mercado. Em geral, a Companhia atualiza seus preços anualmente de acordo com o aumento de custos;
- (iv) Oferta de serviços agregados à base de clientes, aumentando o ticket médio por cliente.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Não temos grande exposição às variações cambiais, e os reajustes de preços dos insumos, sempre que possível, são repassados aos preços.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades durante os exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2016, 2015 e de 2014 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia, apenas aprimoramento dos já existentes.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As sociedades envolvidas na operação são DTCOM DIRECT TO COMPANY S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Dom Pedro II, no. 1.720, bairro Itapira, na cidade de Quatro Barras, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o no. 03.303.999/0001-36, neste ato representado por seus administradores, doravante denominada Incorporadora ou DTCOM, que se dedica à prestação de serviços de comunicações, serviços de transportes de imagens, voz, áudio, vídeo dados e Internet em alta velocidade, a promoção, através de utilização de satélite e sistemas de apoio, de treinamento, atualização e reciclagem profissional de mão de obra, a promoção, através da utilização de satélites e sistemas de apoio, de educação continuada de longa distância, em todas as áreas de conhecimento e em todos os níveis de instrução, a distribuição e a comercialização de sinais de televisão por assinatura, próprios ou de terceiros, e a criação, produção e comercialização de programas, produtos e programação audiovisuais e KOL SOLUÇÕES EM GESTÃO DO CONHECIMENTO LTDA., nome fantasia FABRICO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF nº 03.159.713/0001-90, com sede na Rua Domingos André Zanini, 277, sala 716, São José/SC, doravante denominada Incorporada, KOL ou FABRICO, que se dedica ao desenvolvimento de sistemas de informática e elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, o planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, o desenvolvimento de projetos, assessoria, consultoria e treinamento em informática, gestão de conhecimento, educação corporativa e educação a distância, o desenvolvimento de cursos para ensino à distância, o desenvolvimento de material didático para educação presencial e à distância, instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza, suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados.

A operação traz benefícios múltiplos à companhia, sobremaneira por conta de sua implementação permitir: (a) a melhoria das ofertas em decorrência da complementariedade das competências e experiências adquiridas pelas empresas envolvidas; (b) a racionalização de custos, captura de sinergias relevantes e simplificação dos procedimentos societários, administrativos e contábeis; (c) melhor posicionamento de mercado e conseqüentemente busca de parcerias estratégicas para auxiliar na alavancagem do negócio e (d) um melhor aproveitamento dos recursos das “Partes” pela junção de seus esforços e de seus patrimônios, unificação de suas administrações e alinhamento dos interesses de seus acionistas, trazendo relevantes benefícios de ordem administrativa e econômica que proporcionarão o incremento de sua competitividade e eficiência.

A operação pretende integrar os negócios das duas sociedades empresárias, valendo-se das vantagens competitivas daí oriundas.

Em decorrência da Incorporação, a KOL subscreverá, nos termos do Protocolo: (i) 20.503.250 (vinte milhões e quinhentos e três mil e duzentos e cinquenta) ações ordinárias de emissão da Companhia, escriturais, sem valor nominal, de mesma espécie, classe e com os mesmos direitos

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da DTCOM, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus e gravames, e (ii) 1.259.059 (um milhão e duzentos e cinquenta e nove mil e cinquenta e nove) ações preferenciais de emissão da Companhia, escriturais, sem valor nominal, de mesma espécie, classe e com os mesmos direitos das demais ações preferenciais de emissão da DTCOM, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus e gravames. As quantidades de ações ora descritas refletem a negociação antes do processo de grupamento, devendo levar em consideração que tais ações foram grupadas na relação de 1:10.

Para o estabelecimento da relação de substituição, contratou-se ad referendum da assembleia a CYPRESS ASSOCIATES SUL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.483.379/0001-01, com sede na Avenida Cândido de Abreu, 470, conjunto 1208, Curitiba, Paraná, para a elaboração do laudo de avaliação econômica da DTCOM e da KOL.

Para fins do estabelecimento da relação de substituição, a empresa avaliadora adotou o método do Fluxo de Caixa Descontado (DCF), que, na opinião dos avaliadores, melhor reflete o valor da companhia, por considerar particularidades da empresa tais como rentabilidade, potencial de crescimento, nível de maturidade da empresa em relação ao mercado, entre outros.

O laudo, que segue anexo ao presente fato relevante, adotando o método descrito supra, apontou como valor econômico da DTCOM o de R\$ 29.400.000,00 (vinte e nove milhões e quatrocentos mil reais) e como valor econômico da KOL o de R\$ 11.400.000,00 (onze milhões e quatrocentos mil reais), totalizando uma operação de R\$ 40.800.000,00 (quarenta milhões e oitocentos mil reais).

A relação de substituição foi livremente negociada, acordada e pactuada entre a DTCOM e a KOL, refletindo as suas respectivas análises e a natureza de suas atividades inseridas em um conjunto de premissas econômicas, operacionais e financeiras, inclusive o próprio laudo de avaliação elaborada pela empresa avaliadora, sendo considerada justa e equitativa pelos respectivos órgãos da administração.

Atualmente a DTCOM não é, e, imediatamente antes da consumação da Incorporação, não será titular de cotas da KOL. Da mesma forma, a KOL não é, e, imediatamente antes da consumação da Incorporação, não será titular de ações de emissão da DTCOM.

Para fins de avaliação do patrimônio líquido da KOL, contratou-se, ad referendum da assembleia, a APSIS CONSULTORIA E AVALIAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.681.365/0001-30 e no CRC/RJ 005112/O-9, com sede na Rua da Assembleia, 35, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

Adotou-se como critério de avaliação do patrimônio líquido o valor contábil e como data-base para elaboração do laudo de avaliação as demonstrações financeiras encerradas em dia 31 de dezembro de 2015.

O laudo de avaliação fundamentou-se nas demonstrações financeiras auditadas da Incorporada levantadas na Data-Base. A auditoria das demonstrações financeiras foi realizada pela Bazzaneze Auditores Independentes S/S.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

A DTCOM absorverá as variações patrimoniais da Incorporada que ocorrerem entre a data de referência do laudo e a data da efetiva realização da operação de incorporação, passando-se para seus livros contábeis e efetuando-se as necessárias alterações, independentemente do fato de a incorporada continuar provisoriamente a conduzir operações em seu nome até a conclusão da formalização de todos os registros requeridos pela legislação aplicável.

Após a Incorporação, a administração da Dtcom, por ocasião do levantamento de suas demonstrações financeiras, deverá observar as normas e procedimentos contábeis vigentes e poderá fazer ajustes previstos para observância do padrão internacional de contabilidade (IFRS).

Não existem passivos e/ou contingências passivas não contabilizadas, no conhecimento da DTCOM ou da KOL, a serem absorvidas pela DTCOM em decorrência da Incorporação.

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram durante os exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2016, 2015 e de 2014 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia, além das relatadas neste documento.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Comentários dos Diretores sobre:****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia para o período findo em 31 de dezembro 2016, 2015 e 2014 foram preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Lei nº 12.973, de 15 de maio de 2014.

Nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo 31 de dezembro de 2016 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, em relação às demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2015 e 2014.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo 31 de dezembro de 2016 não houve efeitos significativos das alterações de práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os diretores da Companhia informam que as demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 foram preparadas sob responsabilidade da administração da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as alterações introduzidas pelas Lei 11.638 e Lei 11.941.

De acordo com o parecer dos auditores independentes as demonstrações financeiras de 2016, 2015 e 2014 representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- ✓ Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- ✓ Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- ✓ A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
- ✓ Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e empréstimos, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo C.P.C. nº 12 ("Ajuste Valor Presente").

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Ativos circulante e não circulante

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e, quando aplicável, são ajustados a valor presente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Imobilizado

O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou formação, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 6 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo imobilizado (*Impairment test*).

À partir de 1º.01.2008 foi eliminada a possibilidade de registro de novas reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A Companhia optou por manter os saldos decorrentes das avaliações, pautadas nos estudos de recuperação do seu ativo imobilizado.

- Intangível

O Intangível é registrado ao custo de aquisição, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A amortização é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 7 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo intangível (*Impairment test*).

Bens e direitos intangíveis antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado foram segregados dos tangíveis, ficando classificado em imobilizado, diferido e intangível.

- Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização. Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**f. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

g. Provisão para perdas na realização de créditos

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

h. Instrumentos financeiros

Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.

i. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:****a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Desde sua criação, a Companhia tem se preocupado em assegurar a eficiência e a confiabilidade de suas Demonstrações Financeiras. Os Diretores avaliam como satisfatório o grau de eficiência atual de seus controles internos.

A Companhia acredita que os procedimentos internos e sistemas de elaboração das demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade. A Dcom é uma Companhia enxuta que detém total controle sobre suas operações, por esta razão na opinião de nossa administração, nossas demonstrações contábeis apresentam adequadamente o resultado de nossas operações e nossa situação patrimonial e financeira nas respectivas datas.

Tais percepções são ratificadas pelas avaliações e considerações dos auditores independentes, que avalizam e consideram como suficientes e adequados os controles internos mantidos pela Companhia.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras individuais da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 não identificaram a presença de deficiências ou fraquezas materiais em relação aos controles internos da Companhia, que pudessem comprometer a confiabilidade sobre as demonstrações financeiras.

As recomendações, quando dadas pelos auditores são analisadas e, considerando-as pertinentes, implementadas na Companhia.

A Administração da Companhia entende que possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

iv. contratos de construção não terminada

A companhia não possui contratos de construção não evidenciados nas demonstrações financeiras.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há qualquer transação não contabilizada no balanço da Companhia referente aos 3 últimos exercícios sociais.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens relevantes que não estão evidenciados nas demonstrações financeiras dos 3 últimos exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. fontes de financiamento dos investimentos

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não realizou desinvestimentos durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2016.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não a qualquer projeto relacionado ao desenvolvimento de novos produtos que tenha sido divulgado.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

(iii) projetos em desenvolvimento divulgados; e

(iv) montantes totais gastos pela companhia no desenvolvimento de novos produtos e serviços

A Companhia não divulgou ou explicitou ao mercado indicações de novos produtos e serviços que por ventura venham a influenciar a sua capacidade produtiva.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Nenhum outro fator influenciou de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenha sido comentado e/ou identificado neste documento.